

Os democratas exigem **LULA LIVRE!**

A liberdade de Lula transcende a questão eleitoral embora todo o golpe, iniciado em 2016 pretenda, em primeiro lugar, inviabilizar sua candidatura, legitimando um novo governo de inclusão social, geração de emprego e distribuição de renda. A libertação de Lula é um divisor de águas nesta quadratura de resistência no Brasil e deve se realizar nas ruas, nas manifestações sociais, nos parlamentos, contra a injustiça, na busca pela credibilidade do sistema judicial, nos fóruns institucionais e de luta em nível internacional. Se o Estado de Exceção te condena, Lula, a História e a luta te absolverão.



**A desastrada extinção das fundações que a
Justiça, o MP e o TCE rejeitam há 16 meses**

PÁGINAS 5 E 6

Lula Livre!*

ADÃO VILLAVERDE**

Lula: se Estado de Exceção te condena, a luta e a História te absolverão! Agora, Lula Livre!

O Brasil e o mundo assistiram a um dos mais tristes e dramáticos episódios humanos de nossa história, que foi a injusta, cruel e inaceitável prisão de Lula. O Supremo nega liberdade ao maior líder político do país depois da redemocratização, reconhecido mundialmente por implementar políticas inclusivas dirigidas aos mais necessitados, enquanto calçados numa ordem de exceção emanada por um juiz de Curitiba, já se assanham militares de plantão, neste país em que a democracia está em ruínas, (des) governado por uma “confederação de investigados e condenados”.

Para além das eleições, a liberdade de Lula é um divisor de águas nesta quadratura de resistência no Brasil e deve se realizar nas ruas, nas manifestações sociais, nos parlamentos, contra a injustiça, na busca pela credibilidade do sistema judicial e nos fóruns institucionais e de luta em nível internacional.

E para dimensionar “O Estado a que Chegamos” (expressão usada pelos Capitães de Abril em 1974 para definir regime totalitário Salazarista em Portugal), sequer foi permitida a visita ao ex-presidente de um grupo de governadores, impedindo um direito previsto em lei e tentando, de forma desrespeitosa e manipulatória, caracterizá-la como “privilégio”. De duas uma, ou revela prepotência ou ausência de conhecimento legal. Fico com a primeira, pois nem a ditadura adotou tal conduta. O que caracteriza nitidamente que o ex-presidente Lula é hoje, no Brasil, um preso político.

Vítima de perseguição cruel, desumana e implacável por parte de seus

inimigos políticos e de um “lawfare” nunca antes visto na história de nosso país, sofre inaceitáveis métodos nazifascistas que querem calá-lo, destruí-lo, desqualificá-lo, humilhá-lo e apagar sua história generosa e humana de lutas. Portanto, desonrá-lo e acabar

O Supremo nega liberdade ao maior líder político do país depois da redemocratização, reconhecido mundialmente por implementar políticas inclusivas dirigidas aos mais necessitados, enquanto calçados numa ordem de exceção emanada por um juiz de Curitiba, já se assanham militares de plantão, neste país em que a democracia está em ruínas, (des) governado por uma “confederação de investigados e condenados”.

com sua reputação.

Muitos diziam que era mera retórica política quando registramos no nosso livro lançado em 2016, em meio ao atentado à Constituição, que era “Golpe, Sim!”, que vivíamos um terceiro turno sem urnas, de ataque aos direitos e conquistas e começava-se a lógica do entreguismo”, e dizíamos ainda que isto era produto de uma articulação parlamentar-jurídico-midiático-empresarial, que prescindia do voto popular. Nada como um dia após o outro: era golpe, sim!

Enganam-se aqueles que pensam que um “Estado Totalitário Seletivo” pode ter seus limites de atrocidades interditos facilmente, em meio a um Estado de Exceção já em curso. E que fique registrado que isto não começou com Lula e seguramente não terminará com ele. Vale o conhecido alerta do grande poeta Maiakóvski, acerca de quando silenciarmos diante dos ladrões das flores do nosso jardim que terminam arrancando-nos a voz da garganta, sem que já não possamos dizer nada.

Enquanto se apedrejam caravanas cívicas, estimulam o uso do rebenque, executam Marielle no Rio e adotam o ilegalismo de um juiz que condena sem

provas, que acelera o julgamento em segunda instância para impedir candidatura e expede mandado de prisão antes de se esgotarem todos os recursos, parte da sociedade fica indiferente ou aplaude. Podem ter certeza: estamos vivendo sob a égide de uma farsa daquilo que a história já mostrou, de forma cruel e desumana, nos anos 40 do século passado, com a campanha antisemita do nazismo, em que as provas para condenar consistiam exatamente nas evidências de não necessidades de provas.

A corrupção deve ser investigada e responsáveis punidos, mas usar “lawfare” como forma de destruir reputações e eliminar adversários políticos não tem outra caracterização senão a pura violência da vertente para o fascismo. Que chegou ao limite quando o Comandante do Exército pressionou a Suprema Corte do país, abordando um tema totalmente fora de suas atribuições legais. Deveria ser demitido na hora, se vivêssemos sob uma democracia verdadeira. Aliás, se ela existisse, o STF não poderia ser constrangido, nem por tanques, nem por palavras.

Os democratas, os progressistas, a intelectualidade, os setores médios, as classes populares e os juristas comprometidos com a democracia não podem aceitar tamanho ataque ao Sistema Judicial brasileiro. É hora de unidade de todos aqueles que não aceitam o ódio e a barbárie como método disputa política. Este é um momento de contarmos com uma enorme solidariedade ativa nacional e internacional para, juntos, resistirmos e retomarmos o Estado Democrático de Direito Constitucional em nosso país.

Para além das eleições, a liberdade de Lula é um divisor de águas nesta quadratura de resistência no Brasil e deve se realizar nas ruas, nas manifestações sociais, nos parlamentos, contra a injustiça, na busca pela credibilidade do sistema judicial e nos fóruns institucionais e de luta em nível internacional.

Se Estado de Exceção condena, a História absolverá!

#LulaLivre!

*Artigo publicado no jornal Sul21 em 12 de abril de 2018

**Professor, engenheiro e deputado estadual (PT-RS)

ARTIGOS

ESTADO A QUE CHEGAMOS

ADÃO VILLAVERDE

Professor, engenheiro e deputado estadual (PT-RS)
villaverde@al.rs.gov.br

Com a prisão cruel de Lula, o mundo assistiu a um dos mais dramáticos episódios da nossa história. Maior líder político do país pós-redemocratização, reconhecido mundialmente por políticas inclusivas para os mais necessitados, hoje é preso político.

Vítima de perseguição implacável de inimigos políticos e de um lawfare nunca antes visto, padece de deploráveis métodos nazifascistas para calá-lo e apagar sua história generosa e humana.

Diziam que era mera retórica quando registramos em livro que era *Golpe, Sim!*, vivíamos um terceiro turno sem urnas, de ataque aos direitos e conquistas e de entreguismo, caracterizado por uma aliança parlamentar-jurídico-midiático-empresarial. Nada como um dia após o outro. Engana-se quem pensa que um “Estado totalitário

seletivo” tem seus limites de atrocidade interditados facilmente. Isto não começou com Lula e seguramente não terminará com ele.

Se parte da sociedade fica indiferente ou aplaude, o ilegalismo do juiz que condena sem provas, acelera julga-

A liberdade de Lula deve se realizar nas ruas, nos parlamentos e nos fóruns internacionais

mento em segunda instância e expede mandado de prisão antes de todos os recursos esgotarem-se, evidencia-se que já vivemos sob a égide de uma farsa. Aquela que a História mostrou na campanha antisemita nazista quando a prova para condenar consistia exata-

mente na evidência de não necessidade de prova.

A corrupção deve ser investigada e punida. Mas usar lawfare como forma de destruir reputação não tem outra caracterização senão a pura violência fascista, que chegou ao limite na pressão do comandante do Exército sobre o STF, que, numa democracia verdadeira, jamais poderia ser constrangido, nem por tanques, nem por palavras.

Democratas não podem aceitar tamanho ataque ao nosso sistema judicial. É momento de contarmos com toda a solidariedade ativa e democrática dos que entendem que é possível ainda resistir e retomar o Estado democrático de direito constitucional. Para além das eleições, a liberdade de Lula deve se realizar nas ruas, nos parlamentos e nos fóruns internacionais. Se o Estado a que chegamos condena, a História absolverá.

Marcelo Bertani/Ag. ALRS



Assista ao pronunciamento de Villaverde acessando <https://bit.ly/2HhQDJG>



Enganam-se aqueles que pensam que um ‘Estado Totalitário Seletivo’, pode ter seus limites de atrocidade interditados facilmente. Isto não começou com Lula e seguramente não terminará com ele.

O deputado Adão Villaverde afirmou, na tarde de terça-feira (10), na tribuna durante a sessão plenária da Assembleia Legislativa, que o ex-presidente Lula está “condenado à prisão política por conta do contexto de estado de exceção que o país vive hoje mas que, sem dúvida alguma, será absolvido pela História”.

Parlamentar participou em Portugal de seminário sobre “A questão democrática e a soberania no Brasil” que se desenvolveu nas cidades de Lisboa e Coimbra

O deputado Adão Villaverde (PT) foi convidado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pelo Coletivo Andorinha e a Associação Pró-vítimas em razão especialmente do livro “É Golpe, Sim! Terceiro turno sem urnas, o ataque aos direitos sociais e o entreguismo” que teve valorização contextualizada, no início do mês, com o julgamento do STF que rejeitou o habeas corpus ao presidente Lula, seguiu-se com o açodado pedido de sua prisão e sua transferência, como prisioneiro político, para a carceragem da Polícia Federal em Curitiba.

Lançada em 2016, a obra da editora Sulina já antevia a prisão de Lula como o desfecho ambicionado pelos idealizadores do processo de usurpação do poder que iniciou com o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff e visava, acima de tudo, inviabilizar a reeleição do ex- presidente.

Para Villaverde, participar do seminário diante de ouvintes europeus foi extremamente importante para divulgar a narrativa dos defensores da democracia, indignados com o ataque ao estado constitucional do direito e dispostos a resistir

à perversa evolução do fascismo. “É imprescindível que a resistência se dê também em nível internacional”, afirmou.

Em Lisboa, compuseram a mesa do seminário, além de Villaverde, Evonês Santos, do Núcleo do PT Lisboa; José Castro Caldas, do Centro de Estudos Sociais (CES); Samara Azevedo, do Coletivo Andorinhas; e Rubens Rodrigues, advogado da Associação Pro-vítimas. Em Coimbra, fizeram parte da mesa Evonês Santos; Pedro Hespanha, do Centro de Estudos Sociais (CES); Newton Sousa, do Coletivo Andorinhas; e Rubens Rodrigues.



Lisboa



Lisboa



Coimbra



Coimbra

REGISTRO HISTÓRICO

Editora Boitempo libera livro de Lula em versão online

Na obra "A Verdade Vencerá", ex-presidente relata a perseguição contra ele por parte do sistema judiciário



Baixe o livro acessando
<https://bit.ly/2GH0M35>

O livro Luiz Inácio Lula da Silva - A Verdade Vencerá, recém-lançado pela Editora Boitempo, está disponível para download gratuito. O livro traz a versão do ex-presidente sobre o atual momento da história brasileira, no qual ele é vítima de uma perseguição sem precedentes por parte do sistema de justiça do país, que culminou com a sua prisão no dia 7 de abril.

“O que está aqui (no livro) é a minha verdade, é desafiar a verdade dos meus acusadores”, disse Lula no lançamento da obra, em março. A publicação é resultado de uma longa entrevista concedida aos jornalistas Juca Kfoury e Maria Inês Nassif, ao professor de Relações Internacionais Gilberto Maringoni e à editora da Boitempo, Ivana Jinkings.

Segundo a Boitempo, a versão eletrônica do livro pode ser baixada direto no site da editora, e também nas principais plataformas de venda de livros digitais desde esta sexta-feira (13).

Justiça suspende extinção da Cientec até que governo cumpra convênios e explique destinação de bens

Divulgação



No mesmo dia em que Diário Oficial do Estado publicou a transferência de 64 servidores da Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec) para outros setores do governo, uma decisão da 1ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre suspende a extinção da Fundação até que o governo do Estado cumpra convênios vigentes e firmados pela instituição e apresente prestação de contas sobre destinação do erário público. As duas foram publicadas na quarta-feira (11).

A ação civil pública que pediu a suspensão aponta que convênios teriam que ser cumpridos “observando-se o custo be-

nefício ao erário, como orientado pelo Tribunal de Contas da União”, caso sejam rescindidos, que seja apresentada a prestação de contas. Pede ainda levantamento físico e identificação e localização dos bens móveis e imóveis, pertencentes à Cientec, e que seja apresentado um planejamento relativo à guarda e conservação dos bens, “detalhando as condições, indicando os responsáveis por sua manutenção, respeitados os cuidados exigidos para cada um dos equipamentos e suas peculiaridades”.

Quando aos servidores, a ação pediu que Justiça obrigasse o Estado a se abster de realocar aqueles que trabalhavam na execução de contratos vigentes, como o Finep, ou na guarda de equipamentos, até que houvesse uma definição quanto a destinação dos convênios. O Ministério Público reiterou o pedido de liminar.

O texto da decisão salienta que, quase ao fim do prazo de 180 dias estipulado para a extinção, “não foi juntado qualquer estabelecimento de metas

e a definição das ações prioritárias para atender o disposto em Lei”.

Nele, a juíza Vera Regina Cornelius da Rocha Moraes, reconhece que há indicativos de que o governo “desconhece acerca dos contratos, convênios, serviços e atividade da fundação, bem como há documentos que demonstram que a CIENTEC mandou suspender a execução de alguns convênios, sem, contudo, apontar rescisão, pedido de rescisão ou encaminhamento oficial à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)”.

“Destaco que os convênios determinam que as prestações de contas devem ocorrer previamente à extinção dos contratos. Portanto, diante da natureza do serviço prestado pela CIENTEC, a sua extinção nos próximos 07 dias, sem o devido planejamento da transição das atividades, causará um risco demasiado grande para a sociedade”, conclui a magistrada.

A decisão é de primeira instância, cabe recurso.

ARTIGO

Em artigo publicado no Jornal do Comércio de terça-feira (10), o professor da Ufrgs Carlos Henrique Horn destaca que “neste tempo sombrio para o conhecimento científico, resta-nos continuar a esgrimir o argumento racional e buscar preservar a capacidade técnica de cada pesquisador da FEE na esperança de que, cumprida a Constituição, tentemos retomar o passo do desenvolvimento no próximo verão”.

O fim da FEE e a fraude

| por Carlos Henrique Horn

No mesmo dia em que decretou o fechamento da Fundação de Economia e Estatística (FEE), uma das mais importantes instituições de pesquisa sobre economia do Brasil e produtora de análises e dados de alta qualidade sobre a realidade gaúcha, o governador Sartori também celebrou contrato de R\$ 3,255 milhões por ano com fundação privada de São Paulo. O contrato promete a realização de pesquisas socioeconômicas e a produção de estatísticas. Em declarações à imprensa, membros do governo informaram que

a contratada calculará o PIB gaúcho e o não menos importante Idese, além de realizar análises do mercado de trabalho tal como fazia a encerrada Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da FEE/Fgtas/Dieese.

O contrato com a Fipe é uma fraude, como assinalou um dos maiores entendidos em contas regionais, o economista Adalberto Maia Neto. Não há como calcular o PIB - não falamos de um arremedo de PIB ou de índices antecipatórios já produzidos por outras instituições - sem os dados primários a que apenas entes públicos têm acesso. Não havendo PIB, não se calcula o Idese. Tampouco existe qualquer proximidade entre o levantamento rigoroso de dados em 2.500 domicílios que a PED realizava regularmente desde 1992 e esta genérica “análise de mercado de traba-

lho” que muito provavelmente nossos estudantes em cursos de Economia do RS fariam de bom grado e a baixíssimo custo. Todos os que se uniram para liquidar as fundações públicas de investigação científica e desenvolvimento tecnológico do RS concorrem no esforço para nos vetar um futuro decente - do governo aos deputados estaduais que aprovaram a legislação e às malfadadas agendas ideológicas e suas consultorias que anseiam por abocanhar o dinheiro que se promete poupar. Neste tempo sombrio para o conhecimento científico, resta-nos continuar a esgrimir o argumento racional e buscar preservar a capacidade técnica de cada pesquisador da FEE na esperança de que, cumprida a Constituição, tentemos retomar o passo do desenvolvimento no próximo verão.

Sul21

TCE suspende processo de extinção das fundações pelo governo Sartori

| por Luís Eduardo Gomes

Guilherme Santos/Sul21



O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) Cezar Miola profereu, na quinta-feira (12), decisão cautelar determinando a suspensão de todos os atos de extinção das fundações, incluindo demissões e transferências de funcionários e a desmobilização das estruturas administrativa e operacional das entidades. O conselheiro determinou que a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) paralise o processo enquanto o governo de José Ivo Sartori (MDB) não presta esclarecimentos sobre como se dará a continuidade dos serviços realizados pelas fundações – FEE, FZB,

Cientec, Fundação Piratini, Metroplan e FDRH. A cautelar ainda não foi publicada oficialmente, mas a informação já foi confirmada pelo TCE-RS.

Na interpretação do advogado Antonio Escosteguy Castro, da Frente Jurídica em Defesa das Fundações, a cautelar impede que o governo do Estado emita decretos de extinção das fundações, de transferir servidores dos órgãos para outros órgãos do governo, a demissão de funcionários sem estabilidade e ainda suspende a validade de decisões já tomadas, como o encerramento das atividades da FEE, já anunciado oficialmente. “Na minha opinião, o termo de encerramento de atividades fica sem valor”, diz. “A decisão é tomada para retomar a continuidade dos serviços, o que o Estado não está garantindo”.

A medida também determina que o TCE realize, em um prazo de no máximo de 20 dias, uma ação de fiscalização com o objetivo de identificar um plano de transposição para a extinção das fundações. A cautelar responde a uma ação do Ministério Público de Contas.

O processo de extinção estava para-

lisado até que o Supremo Tribunal Federal (STF) se manifestasse de forma definitiva sobre o mérito da ADPF nº 486-RS, que questiona a constitucionalidade da demissão dos servidores das fundações sem a realização de negociação coletiva. No entanto, Miola salientou na cautelar que não há “pertinência temática” entre as análises do STF e do TCE e ressaltou a posição de que o governo precisa comprovar a continuidade dos serviços prestados pelas fundações.

“Para além da importância das atividades desempenhadas pelas Fundações (abrigadas, inclusive, na Carta Estadual), o conjunto probatório carreado aos autos evidencia a urgência em assegurar a prestação dos serviços atinentes a cada uma delas, e, conseqüentemente, em impedir qualquer desfazimento das relações jurídicas tituladas pelos servidores a elas vinculados, em nome do princípio da continuidade administrativa e do direito público subjetivo à boa administração, sob pena de iminente e irreparável dano ao interesse público”, disse.

Leia mais em <https://bit.ly/2GTb6Be>

ARTIGO

Na sombra, Temer ataca os trabalhadores novamente*

Sul21

| por Antônio Escosteguy Castro**

A primeira semana de abril de 2018 no Brasil foi marcada por um drama histórico de proporções épicas, o julgamento do habeas corpus e posterior prisão do ex-Presidente Lula. O país inteiro acompanhou este drama, que monopolizou a cobertura da imprensa, independentemente da posição pessoal de cada cidadão sobre o tema. Não havia outro assunto no rádio, na tv, nas redes sociais. Ninguém prestava atenção em outra coisa.

Foi a cobertura perfeita para Michel Temer aproveitar e desfechar outro ataque a direitos históricos de uma cate-

goria profissional, aprofundando a mal-fadada reforma trabalhista como um processo de retirada crescente de direitos dos trabalhadores.

Em 4 de abril, foi publicado o decreto 9329 da Presidência da República que, alterando os termos do Decreto 84134 de 1979, despedaçou a profissão de radialista no país, coroando o esforço que as emissoras de rádio e tv há décadas faziam para liquidar com os direitos de seus trabalhadores.

Os radialistas têm uma profissão regulamentada em lei própria, a Lei 6615/78, e este diploma legal prevê um sistema de remuneração para o profissional baseado no pagamento por cada função exercida. A remuneração do radialista, portanto, não se dá simplesmente pelo emprego na radiodifusora, mas haverá de ser calculada, por expressa disposição da lei, com base em cada função que exerça dentro da empresa, prevendo um adicional que varia de 10 a 40% do salário para cada função acumulada.

E o decreto 84.134, de 1979, que regulamentou a lei 6615, descrevia 94 funções, divididas dentro dos três grupos de atividades (administração, produção e técnica) e dos 16 setores que a lei estabelece.

O novo decreto reduz estas funções para 25, ou seja, para cerca de um quarto do quadro anterior, não só eliminando algumas funções como criando novas que açambarcam num só tipo jurídico tarefas que se desdobravam em diversos outros na antiga regulamentação. A consequência do novo decreto é clara: as empresas ficam eximidas de pagar os acúmulos de funções. Os trabalhadores vão passar a ganhar menos pelo mesmo trabalho de antes. É Temer realizando num canetaço o sonho das empresas neste Brasil de uma elite medieval: mais trabalho por menos salário.

Leia mais em <https://bit.ly/2qundi2>

*Artigo publicado no jornal Sul21 em 13 de abril de 2018

**Advogado

"HASTA SIEMPRE", ASCÂNIO!

Na tarde de quarta-feira (11), o engenheiro Civil, escritor, empresário, político atuante, membro da Sociedade de Engenharia e do Clube Caixeiral de Alegrete e coordenador e fundador da Confraria da Praça Nova José Ascânio Villaverde Moura faleceu aos 68 anos. Ele estava internado há um mês devido a problemas de saúde. A descoberta de um câncer dez anos atrás deu início a um longo tratamento, mas nos últimos anos a doença se agravou. Uma das suas últimas realizações foi a publicação do livro "Um padre Castelhana de batina passou por Alegrete", lançado em 2017 na Feira do Livro de Porto Alegre. Em sua página pessoal no Facebook, o deputado Adão Villaverde, primo irmão de Ascânio, lamentou esta perda irreparável.

É com uma profunda tristeza que escrevo estas primeiras linhas sobre a perda irreparável do nosso grande Ascânio. Você, neto mais velho da Vovó Adélia, sempre nos inspirou ao longo de toda nossa vida. Nos ensinou a enfrentarmos os problemas e as dificuldades que a vida nos impõe sem perder o encanto e a ternura de viver de forma alegre e melhor, mesmo em meio as adversidades, como demonstrastes de forma corajosa nestes últimos anos. Você é, foi e sempre será, para todos nós um bravo lutador, valente, honrado, homem de convicções e posições firmes, mas ao mesmo tempo amigo, e um generoso humanista. Você sempre foi um baita companheiro, para os bons e sobretudo para os momentos duros e difíceis. A honra de vivermos e compartilharmos nosso tempo foi nossa, sobretudo com tão digna e generosa figura humana!! Um beijo eterno no teu terno coração e "Hasta Siempre", como dizia o Padre Castellano, Amigo e Irmão!
- Adão Villaverde



Com Moisés Mendes e Preta Mulazzani



Amanhecer por Marielle e Anderson: um mês e nenhuma resposta

Para lembrar um mês da morte da vereadora Marielle Franco (Psol-RJ) e do motorista Anderson Gomes, executados no Rio de Janeiro na noite de 14 de março, ativistas, militantes e apoiadores organizarão homenagens neste sábado (14). A partir das 6h, eles pretendem colorir praças e ruas de 80 cidades em oito países.

“Precisamos mostrar que estamos transformando nossa dor em força, que não daremos nenhum passo atrás e que nem o tempo, nem o medo vão nos calar”, diz o manifesto do ato Amanhecer por Marielle e Anderson, que também lembra que, desde o trágico ocorrido, “não temos nenhuma resposta sobre quem mandou matar Marielle”.

No Rio, o Amanhecer ocorrerá em toda a cidade em locais como a Biblioteca Parque Marielle Franco, em Manguinhos, na zona norte, em Copacabana e na Favela da Rocinha, na zona sul (todos estão listados no site). À tarde, uma intervenção artística pretende colorir os Arcos da Lapa, no centro. De lá, eles saem em marcha, ao som de tambores, até o bairro do Estácio, para “ressignificar” o percurso feito por Marielle naquela noite.

Leia mais em <https://bit.ly/2qfyAqk>

Aliança para a Inovação de Porto Alegre: “nossa capital mais do que necessita desta iniciativa”, diz deputado

Representando a Assembleia Legislativa, o deputado Adão Villaverde participou, na tarde de segunda-feira (9), do lançamento da Aliança para a Inovação de Porto Alegre. O projeto é uma parceria entre a Ufrgs, a Pucrs e a Unisinos e tem o objetivo de articular as três Universidades em torno de ações de alto impacto e estruturantes em prol do avanço do ecossistema de inovação e do desenvolvimento da capital gaúcha.

A ação tem como foco transformar a cidade de Porto Alegre em uma referência na área de inovação e empreendedorismo no país, potencializando conexões locais, nacionais e internacionais em prol do desenvolvimento social e econômico. Transformar a cidade em um polo gerador de no-

vos empreendimentos de base tecnológica e startups, atrair novos investimentos e reter talentos no ecossistema de inovação da capital são alguns dos resultados esperados. Também projeta-se avançar em ações estruturantes da cidade, como a viabilização de espaços urbanos adequados e com incentivos direcionados à atração de empreendimentos inovadores e novos investimentos, com modernos espaços para viver, morar e trabalhar.

Ex secretário de Ciência e Tecnologia durante o governo Olívio Dutra, Villaverde destaca que trata-se de uma importante iniciativa que tem o objetivo de recuperar o papel de protagonismo que Porto Alegre já teve na área do desenvolvimento e da ino-

vação. “Além disso, busca fomentar iniciativas voltadas à ciência, à tecnologia, ao desenvolvimento, à qualidade de vida, à inclusão e à geração de emprego e renda”.

Entre os presentes na cerimônia, os reitores Rui Vicente Oppermann (Ufrgs), Evilázio Teixeira (Pucrs) e Marcelo de Aquino (Unisinos); e Josep Piquè, presidente da Associação Internacional de Parques Científicos e Tecnológicos (IASP), e um dos idealizadores do Projeto Barcelona @22, que transformou a cidade em uma referência na área de smart cities e distritos de inovação no mundo, atuando também como consultor internacional de importantes projetos de revitalização urbana baseados na inovação, como os de Medellín (Colômbia) e de Santa Catarina.

NA IMPRENSA

Parceria tecnológica para o futuro do RS



Com sólido vínculo com a área de Ciência, Tecnologia e Inovação, Villaverde ocupou a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia no governo Olívio Dutra (1999/2002) quando foi idealizado o Ceitec, primeira fábrica de polímeros da América Latina, edificada na Lomba Pinheiro, na capital gaúcha, inaugurando uma nova fase do desenvolvimento, da pesquisa e da inovação rio-grandense.

Na terça-feira (10), na reitoria da UFRGS, na cerimônia de lançamento do projeto da ‘Aliança para Inovação de Porto Alegre’, o superintendente de Inovação e Desenvolvimento da PUC/RS, Jorge Audy, mais uma vez, fez questão de reforçar, publicamente a importância da atuação de Villaverde para o RS alcançar o atual patamar no setor.

Em encontro registrado pela coluna Começo de Conversa, do Jornal do Comércio, Audy referiu este protagonismo de Villaverde a Josep Piquè. Audy ressalta, ainda, que Villaverde sempre foi um parceiro que cumpriu e cumpre um papel fundamental para o desenvolvimento de políticas de ciências e tecnologia no RS e no Brasil. Para o professor, Villaverde tem a capacidade de aliar uma visão e uma formulação de política para o setor e, ao mesmo tempo, dar concretude a ela, como fez no caso do Ceitec e da formulação da Lei de Inovação Tecnológica do RS.

Villaverde lembra que em 1999 para conquistar a vinda do Ceitec para o território gaúcho, vencendo a disputa com o estado de São Paulo, o governo estadual investiu pesado na estratégia de apostar na parceria entre o poder público, a universidade e a iniciativa privada, representada à época, pela Motorola que associou-se ao empreendimento.

Visita ao galpão de reciclagem no Campo da Tuca

acompanhado da ex-vice-prefeita de Alegrete, Preta Mulazzani, e do presidente da CUT-RS, Cláudio Nespolo, o deputado Adão Villaverde (PT) visitou, na tarde desta sexta-feira (13), o galpão de reciclagem do Campo da Tuca, na zona leste de Porto Alegre. Autor do PL 11/2010, que trata do destino dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta do RS, Villaverde destaca que a grande tarefa da humanidade nos dias atuais é incidir cada vez mais no processo de transformar objetos materiais usados em novos produtos para o consumo. “Reciclar significa garantir condições favoráveis para o futuro do planeta. Além disso, é uma atividade que gera emprego e renda, contribuindo para o desenvolvimento e a inclusão”.

